

Balanco Patrimonial (em reais)			Balanco Patrimonial (em reais)				
ATIVO	N.E.	09/11/20	31/12/19	PASSIVO	N.E.	09/11/20	31/12/19
Ativo Circulante		39.346.023	23.493.372	Passivo Circulante		54.246.733	5.848.501
Caixa e equivalente de caixa	4	-	175.980	Fornecedores	13	239.608	1.766.866
Aplicações financeiras	5	27.917.168	21.322.473	Obrigações trabalhistas	14	-	3.293.788
Clientes	6	7.764.785	12.577	Impostos e contribuições a recolher	15	288.501	36.737
Impostos a recuperar	7	275.600	304.483	Outras contas a pagar	16	831.238	133.792
Estoques	8	2.471.941	1.283.095	Parcelamento impostos	17	-	617.318
Crédito de funcionários		-	119.772	Provisão para contingências	18	52.887.387	-
Outros Créditos - Depósito Recursal	9	916.529	-	Passivo Não Circulante		-	45.368.829
Outras contas a receber		-	274.992	Outras contas a pagar	16	-	942.500
		-	-	Provisão para contingências	18	-	44.426.379
Ativo Não Circulante		16.224.569	28.941.703	Total do Passivo		54.246.733	51.217.329
Realizável a longo prazo		-	8.567.410	Patrimônio Líquido		1.323.859	1.217.745
Clientes LP	6	-	7.870.734	Capital social	19	107.183.520	107.183.520
Depósitos judiciais	9	-	696.677	Recursos para aumento de capital		-	22.295
Investimentos	10	63.558	871	Reserva especial - Decreto 332/91		-	786.721
Propriedades para investimentos	11	16.161.012	19.837.769	Ações em tesouraria		-	(3)
Imobilizado	12	-	535.652	Prejuízos acumulados		(105.859.661)	(133.171.516)
		-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		-	26.396.717
Total do Ativo		55.570.592	52.435.075	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		55.570.592	52.435.075

Demonstrações de Resultado (em reais)			Demonstrações de Resultado (em reais)				
	N.E.	09/11/20	31/12/19		N.E.	09/11/20	31/12/19
Receita com prestação de serviços		-	7.579.539	Receita com prestação de serviços		-	7.579.539
Subvenção econômica		13.736.848	23.873.031	Subvenção econômica		13.736.848	23.873.031
Receita operacional bruta	20	13.736.848	31.452.570	Receita operacional bruta	20	13.736.848	31.452.570
Impostos sobre serviços prestados	21	-	(955.514)	Impostos sobre serviços prestados	21	-	(955.514)
Custos operacional líquida		13.736.848	30.497.056	Custos operacional líquida		13.736.848	30.497.056
Receita dos serviços prestados	22	-	(16.492.326)	Receita dos serviços prestados	22	-	(16.492.326)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		13.736.848	14.004.730	Lucro (prejuízo) operacional bruto		13.736.848	14.004.730
Despesas administrativas	23	(30.745.965)	(28.629.887)	Despesas administrativas	23	(30.745.965)	(28.629.887)
Outras receitas operacionais	24	20.993.868	5.149.591	Outras receitas operacionais	24	20.993.868	5.149.591
Outras receitas		-	3.274.461	Outras receitas		-	3.274.461
Resultado operacional antes das despesas e receitas financeiras		3.984.745	(6.201.104)	Resultado operacional antes das despesas e receitas financeiras		3.984.745	(6.201.104)
Receitas (despesas) financeiras		243.888	1.399.521	Receitas (despesas) financeiras		243.888	1.399.521
Resultado antes do IRPJ e CSLL		4.228.633	(4.801.583)	Resultado antes do IRPJ e CSLL		4.228.633	(4.801.583)
Provisão para IRPJ	25	(1.962.129)	(306.240)	Provisão para IRPJ	25	(1.962.129)	(306.240)
Provisão para CSLL	25	(714.290)	(121.810)	Provisão para CSLL	25	(714.290)	(121.810)
Resultado líquido do exercício		1.552.214	(5.229.634)	Resultado líquido do exercício		1.552.214	(5.229.634)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais)						
	Capital social	Reserva especial para aumento de capital	Reserva especial Decreto nº 332/91	Ajuda avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados
Em 31 de dezembro de 2017	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	-	(128.675.068)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(820.782)
Lucro/prejuízo acumulado do exercício	-	-	-	-	-	1.838.609
Em 31 de dezembro de 2018	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	(3)	(127.657.241)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(284.631)
Lucro/prejuízo acumulado do exercício	-	-	-	-	-	(5.229.634)
Em 31 de dezembro de 2019	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	(3)	(133.171.506)
Ajustes encerramento Cia	-	(22.295)	(786.721)	(26.396.717)	3	25.759.631
Lucro/prejuízo acumulado do exercício	-	-	-	-	-	1.552.214
Em 9 de novembro de 2020	107.183.520	-	-	-	-	(105.859.661)

Demonstrações de fluxos de caixa (em reais)		
	09/11/20	31/12/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.552.214	(5.229.634)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Depreciações e amortizações	648.703	807.880
Provisão para perdas de créditos	(750.328)	(5.697.232)
Provisão para férias e encargos sociais	-	(5.970.903)
Ganho na venda de ativo imobilizado	20.145.906	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	(3.949.000)	(383.601)
Outros ajustes no resultado	-	-
a) Total	17.647.496	(16.473.489)
Aumento/Redução - Ativos circulante e não circulante		
Clientes	393.518	6.312.503
Impostos a recuperar	28.883	58.607
Estoques	1.188.846	253.243
Créditos de funcionários	(119.772)	242.458
Outras contas a receber	202.117	(2.395)
Depósitos judiciais	(219.852)	(179.915)
Propriedades para investimentos	(3.614.071)	6.711.452
Aumento/Redução - Passivos circulante e não circulante		
Fornecedores	(1.527.258)	(1.887.121)
Obrigações trabalhistas	(3.293.788)	6.041.965
Obrigações tributárias	251.764	(4.231.723)
Parcelamento de impostos	(617.318)	(401.627)
Outras contas a pagar	(133.792)	(370.729)
Provisões	(3.232.405)	-
b) Total	(10.693.128)	12.545.109
(a+b) Caixa Líquido gerado (aplicado) - atividades operacionais	6.954.368	(3.928.380)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições/Baixas de imobilizado e intangível	(535.652)	595.936
Ajustes de exercícios anteriores	-	(284.631)
c) Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(535.652)	311.305
Recebimentos para aumento de capital		
(a+b+c) Aumento/Redução do capital circulante líquido	6.418.716	(3.617.075)
Saldo inicial caixa	21.498.452	25.115.527
Saldo final caixa	27.917.168	21.498.452

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 09/11/2020 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP "em liquidação" encontra-se em processo de liquidação com base nos termos da lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019. Tinha como atividade, operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de motomecanização, transporte de máquinas e equipamentos, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Companhia. Em 21 de agosto de 2019 em Assembleia Geral dos Acionistas deliberou-se pela dissolução e início do processo de liquidação, com a nomeação de liquidante e determinando o prazo de 180 (cento e oitenta) para a extinção da Companhia. O referido prazo foi vencido em 17/02/2020 ocorrendo a prorrogação para o dia 30/06/2020. Nesse interim, em 13/05/2020, com a renúncia do liquidante anterior foi nomeada nova liquidante. A mesma solicitou prorrogação para o dia 30/11/2020, sendo concedido pelo acionista majoritário até 30/09/2020. Na AGE de 30/09/2020 prorrogou-se pela última vez para até o dia 15/11/2020, com AGE de extinção agendada para o dia 13/11/2020 e, posteriormente, reanuda para 23/11/2020. O Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário, editou o Decreto nº 64.418/2019 em 28 de agosto de 2019, dispoando sobre os processos de dissolução, liquidação, extinção, transformação, fusão, incorporação ou cisão de empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

nhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. e. *Demais passivos circulantes e não circulantes*: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. f. *Receita operacional*: A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades foi medida pelo valor justo da contra-prestação recebida ou para receber. São reconhecidas as receitas do Governo do Estado de São Paulo para custeio. São reconhecidas no momento de seu recebimento, por se tratar de subvenções incondicionais de custeio, vinculadas às atividades em andamento de liquidação da Companhia. g. *Receitas e despesas financeiras*: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros diversos. h. *Imposto de renda e contribuição social*: A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) com as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. i. *Demonstração do fluxo de caixa*: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	09/11/20	31/12/19
Caixa	-	-
Bancos	-	175.980
	-	175.980

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações financeiras	09/11/20	31/12/19
Aplicações financeiras	27.917.168	21.322.473
	27.917.168	21.322.473

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil e a investimentos realizados na corretora do Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto nº 60.244 de 14 de março de 2014. A variação positiva é decorrente de aportes advindos do leilão realizado no decorrer de 2020, para venda do ativo imobilizado e saldo de recurso próprio.

6. CONTAS A RECEBER

Circulante	09/11/20	31/12/19
Clientes (a)	2.191.214	223.854
Consórcios Pró-Estrada (b)	11.218.981	911.804
Locações a receber (e)	299.485	366.180
Precatórios a Faturar	-	-
Previdência a Receber	7.764.785	-
Outras Contas a Receber CP	72.875	-
(-) PCLD (d)	(13.782.556)	(1.489.261)
	7.764.785	12.577
Não circulante	09/11/20	31/12/19
Clientes LP (a)	-	2.073.069
Consórcios Pró-Estrada (b)	-	10.970.554
Previdência a receber (c)	-	7.870.734
(-) PCLD (d)	-	(13.043.623)
	-	7.870.734
	7.764.785	7.883.311

(a) Clientes: Toda a receita foi reclassificada de "não circulante" para "circulante" devido à liquidação da empresa. A rubrica Clientes é composta por faturas em aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cuja probabilidade de recebimento é duvidosa. Dessa forma a Companhia optou por provisionar integralmente o saldo como crédito de liquidação duvidosa. (b) Consórcio Pró-estrada: Toda a receita foi reclassificada de "não circulante" para "circulante" devido à liquidação da empresa. A rubrica Consórcio Pró-estrada é composto principalmente por títulos negociados decorrentes de contratos e acordos e títulos oriundos de contratos de locação de equipamentos firmados com Consórcios ou Prefeituras. A Companhia optou por provisionar integralmente o saldo como crédito de liquidação duvidosa. (c) Precatórios a receber: Toda a receita foi reclassificada de "não circulante" para "circulante" devido à liquidação da empresa. A rubrica refere-se a precatórios a receber, principalmente junto a prefeituras, os quais já se encontram transitados em julgado e com ofícios requisitórios (d) PCLD: A rubrica PCLD refere-se a: clientes R\$ 2.191.214; Consórcios Pró-Estrada R\$ 11.218.981; Locações a receber R\$ 299.485; Outras contas a receber R\$ 72.875. (e) Locações a Receber: Trata-se de recebíveis oriundos de locação de imóveis. A Companhia optou por provisionar integralmente o saldo como crédito de liquidação duvidosa.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a recuperar	09/11/20	31/12/19
IRRF a recuperar	-	-
IRPJ a recuperar	171.529	230.005
CSLL a recuperar	104.071	74.478
PIS/PASEP a recuperar	-	-
COFINS a recuperar	-	-
	275.600	304.483

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições em/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente. Em 2019 pagou-se R\$ 500.006 de IRPJ e R\$ 192.551 de CSLL sobre lucro, sendo que restou saldo a compensar de R\$ 304.483. Utilizou-se em 2020 em compensação de impostos o montante de R\$ 138.524, restando saldo de R\$ 165.959. Em 2020, até 9/11/2020, pagou-se R\$ 2.042.177,20 de IRPJ e R\$ 743.883,08 de CSLL sobre lucro, sendo que restou saldo a compensar de R\$

109.641. Assim, restou saldo total a compensar de R\$ 275.600. Tendo em vista a descontinuidade das operações da Companhia, os saldos remanescentes não poderão ser recuperados por meio de atividades operacionais, mas somente via Pedido de Restituição a ser protocolado junto à Receita Federal, pela Confirma Assessoria Contábil e Empresarial, logo após a transmissão da ECF de extinção, conforme legislação federal.

8. ESTOQUES

Estoques	09/11/20	31/12/19
Bauru	-	657.031
Campinas	-	156.391
Presidente Prudente	-	138.274
São José do Rio Preto	-	273.291
São Paulo	-	63.416
Imóveis Ação Atrium	2.471.941	-
(-) Provisão para perda de estoques	-	(5.309)
	2.471.941	1.283.095

Os estoques da Companhia eram formados principalmente por peças de reposição para máquinas e veículos e óleos lubrificantes. Tendo em vista a descontinuidade das operações da Companhia, todo o estoque foi vendido em leilão. O saldo da conta no montante de R\$ 2.471.941 refere-se à reclassificação de imóveis parte de ação junto a Atrium do "não circulante" para investimentos" para o "ativo circulante-estoques", conforme orientação da Staff Auditoria e Assessoria. Em 22/01/2020 foi celebrado acordo para quitação da Ação Cível - Atrium Participações Ltda, Autos 0000362-08.2014.8.26.0003. Para complementação da quitação do acordo serão entregues imóveis em dação sendo: Andradina (1), Andradina (2), Lins e São Manuel. Primeiramente, esses imóveis foram alienados, porém o certame resultou deserto e os próprios imóveis serão entregues para a quitação. Dessa forma, com a retomada dos processos físicos, no início de agosto, foi protocolada petição conjunta com a Massa Falida solicitando adjudicação dos imóveis, resta aguardar a homologação do judiciário.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos judiciais e restituíveis	09/11/20	31/12/19
Ações trabalhistas	-	696.677
Ações cíveis	-	-
	-	696.677
Depósitos judiciais e restituíveis	09/11/20	31/12/19
Ações trabalhistas	916.529	-
Ações cíveis	-	-
	916.529	-

A rubrica é composta por recursos depositados em juízo para interposição de reclamações de natureza trabalhistas e cíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Aproximadamente 92% do montante encontra-se provisionado na rubrica "Provisão para contingências". A diferença que não foi provisionada refere-se a depósitos pendentes de resgate, cujas ações já foram encerradas ou acordadas e com trânsito em julgado a favor da Companhia. Até 09/11/2020 devido à liquidação da Companhia e devido ao grande número de rescisões de contratos de trabalho, houve aumento significativo de pagamentos a títulos de depósitos judiciais.

10. INVESTIMENTOS

Investimentos	09/11/20	31/12/19
CEAGESP	4	4
PRODESP	69	68
IMESP - IMPRENSA OFICIAL	770	770
CDHU	62.714	29
	63.557	871

Os saldos referem-se às participações societárias minoritárias em outras empresas de economia mista ou públicas, devidamente confirmadas e atualizadas pelas entidades por solicitação de ofício da Companhia.

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para Investimentos	09/11/20	31/12/19
Imóveis para Investimento	16.161.012	19.837.769
	16.161.012	19.837.769

Conforme mencionado no Item 1 - Contexto Operacional, os imóveis serão transferidos para o acionista majoritário (Governo do Estado de São Paulo), o qual será formalizado no valor do registro contábil.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Composição dos saldos

Composição dos saldos	Vida útil (anos)	09/11/20			31/12/19	
		Custo	Depreciação acumulada	Provisão perda	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	-	49.392
Edifícios	25	1.909.697	1.909.697	-	-	34.955
Móveis e utensílios	10	1.016.363	1.016.363	-	-	103.597
Veículos	5	3.424.662	3.424.662	-	-	96.321
Máquinas e tratores	4	31.432.599	31.432.599	-	-	19.870
Instalações	10	139.351	139.351	-	-	23.579
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10	841.642	841.642	-	-	20.112
Computadores e periféricos	5	830.157	830.157	-	-	45.823
Tratores - Pró-Estrada	4	533.843	533.843	-	-	-
Beneficiárias em imóveis próprios	10	1.576.829	1.576.829	-	-	225.295
Implementos	4	693.251	693.251	-	-	14.621
Caminhões	5	10.122.045	10.122.045	-	-	439.804
Equipamentos técnicos	10	1.144.719	1.144.719	-	-	130.579
Softwares	10	939.227	939.227	-	-	575.521
Marcas e patentes	10	12.040	12.040	-	-	-
Total Geral		54.616.424	54.616.424	-	-	1.939.469

Devido à descontinuidade das operações da Companhia, todo o ativo foi vendido em leilão, e o remanescente, ou está totalmente depreciado, ou houve a apropriação como perdas, como exemplo o sistema ERP Sankhya e marcas e patentes, os quais não trarão mais resultados a Companhia. O saldo do imobilizado e intangível em 09/11/2020 é ZERO.

13. FORNECEDORES

Forneceedores	09/11/20	31/12/19
Forneceedores	239.608	1.766.866
	239.608	1.766.866

O saldo na rubrica Fornecedores corresponde a contas em atraso devido à falta de apresentação de documentação por parte do fornecedor/prestador de serviço. Para esses casos, devido às pendências documentais condicionais para os pagamentos, a não ser que sejam entregues os documentos necessários para efetuar os pagamentos, a Companhia não pretende realizar as referidas liquidações. Estes débitos serão assumidos pela Fazenda do Estado.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações trabalhistas	09/11/20	31/12/19
Provisão para férias e encargos	-	813.746
Provisão para 13º salário e encargos	-	-
INSS a recolher sobre folha de pagamento	-	59.890
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	-	92.682
FGTS a recolher	-	2.233.277
Salários e ordenados a pagar	-	94.193
Contribuição sindical a pagar	-	-
INSS a recolher sobre receita bruta	-	-
Pensão alimentícia e antecipações a pagar	-	-
	-	3.293.788

Devido à descontinuidade das operações da Companhia, todo o passivo com empregados inerentes às verbas salariais e rescisórias, foi quitado até 09/11/2020.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Impostos e contribuições a recolher	09/11/20	31/12/19
ISS a recolher - clientes	-	-
COFINS a recolher	-	-
PIS/PASEP a recolher	-	-
CSLL sobre lucro a recolher	-	5.266
IRPJ a recolher	-	-
INSS a recolher - terceiros	-	15.783
IRRF a recolher - terceiros	-	1.619
PIS/COFINS/CSLL - terceiros	3.158	14.069
IPTU a recolher	1.039	-
Provisão para juros sobre impostos	-	-
Processo fiscal Receita Federal	284.303	-
	288.501	36.737

O saldo de PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros refere-se a prestadores de serviço que não apresentaram documentos condicionantes para a realização dos pagamentos (vide nota 13), não ocorrendo, portanto, o fato gerador para pagamento dos impostos retidos. O saldo registrado sob a rubrica "Processo fiscal Receita Federal", refere-se a dois processos fiscais com exigibilidade suspensa, devido a uma compensação via perempção, realizada em janeiro de 2014 utilizando-se de saldo negativo de IRPJ/CSLL do ano de 2013, entretanto, devido a um erro de cálculo, referido crédito não foi reconhecido e/ou homologado pela Receita Federal. O outro processo refere-se a multa sobre o mesmo crédito considerado como indevidamente compensado. Houve impugnação dos despachos negativos, por isso encontram-se com exigibilidade suspensa e pendentes de análise. Devido à alta probabilidade de não obtenção de êxito, a Companhia optou por efetuar seu devido provisionamento.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	09/11/20	31/12/19
Acordos trabalhistas a pagar	831.238	55.700
Cações e valores em garantia	-	69.426
Cooperativas a pagar	-	-
Outras contas a pagar	-	8.666
	831.238	133.792

À

Liquidante e Conselheiros Fiscais da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP EM LIQUIDAÇÃO

Opinião com ressalvas
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO CODASP EM LIQUIDAÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 09 de novembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição contábil e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO CODASP EM LIQUIDAÇÃO em 09 de novembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando o pressuposto da não continuidade das operações de uma empresa em liquidação. **Base para opinião com ressalvas - Falta de avaliação a valor justo das Propriedades para investimentos** - Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 28 IAS 40 Propriedade para Investimento, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as empresas devem avaliar suas propriedades para investimento pelo valor justo, sendo que os efeitos desse procedimento deveriam ter sido ajustados anualmente de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as avaliações de seus terrenos para investimento pelo valor justo, no ano de 2020. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 28 e IAS 40 no resultado do exercício e no patrimônio líquido. **Teste de impairment (teste de recuperabilidade)** - A Administração da Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de *impairment*), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estivessem registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido. **Outros assuntos - Apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis referentes ao período de 01 de janeiro de 2020 a 09 de novembro de 2020 foram preparadas por ocasião da liquidação da empresa, observando o pressuposto da não continuidade das operações de uma empresa em liquidação, nos termos da Lei Estadual 17.056 de 05/06/2019. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma comparativa, mas com períodos distintos de duração e que devem ser levados em consideração. **Auditoria do período anterior** - As demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO CODASP EM LIQUIDAÇÃO - **ATA DA 194ª SESSÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP - "EM LIQUIDAÇÃO"**, a Fazenda do Estado de São Paulo, representada

	09/11/20	31/12/19
Não circulante	09/11/20	31/12/19
Acções diferendistas a pagar a longo prazo	-	850.042
IRPJ - Diferido	-	67.947
CSLL - Diferido	-	24.461
	-	942.450

Devido à descontinuidade das operações da Companhia, houve reclassificação do "não circulante" para o "circulante". Estes débitos serão assumidos pela Fazenda do Estado.

17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

Circulante	09/11/20	31/12/19
PIS/COFINS/CPRB	-	584.283
ISS	-	33.035
	-	617.318
Não circulante	09/11/20	31/12/19
PIS/COFINS/CPRB	-	-
ISS	-	-

Devido à descontinuidade das operações da Companhia, os parcelamentos existentes foram todos quitados.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Provável	09/11/20	31/12/19
Acções civis (a)	25.496.817	29.445.817
Acções trabalhistas (b)	26.528.487	14.338.331
Depósitos recursais	862.083	642.231
	52.887.387	44.426.379

A Companhia é parte em acções judiciais em processos de natureza administrativa, fiscal e trabalhista, em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. Estas passaram a ser representadas pela PGE a partir de 02/07/2020, porém os dispêndios envolvidos permaneceram por conta da Companhia. Conforme registrado no item 1, o sucessor da CODASP assumirá todas as obrigações judiciais. A Administração, com base nas informações de sua Assessoria Jurídica realizada sobre a análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as acções em curso. A seguir, apresentamos maiores detalhes com relação às acções em andamento: (a) Refere-se, principalmente, ao valor da acção de cobrança acumulada com pedido de indenização por danos materiais, movidas pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. (b) A Companhia possui processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam, principalmente, sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. São provisionados os valores de causas prováveis e em execução. O aumento da provisão deu-se em virtude de novas acções dos funcionários desligados por conta da liquidação da companhia. Acções em andamento com probabilidade de perda "possível" A Companhia é parte em acções judiciais envolvendo riscos de perda classificadas como de "possível perda" por sua assessoria Jurídica, para as quais não há provisão constituída. A seguir, apresentamos um resumo das acções em andamento:

Possível	09/11/20	31/12/19
Acções civis	-	1.745.249
Acções trabalhistas	16.626.304	3.472.973
	16.626.304	5.218.222
Remota	09/11/20	31/12/19
Acções civis	-	-
Acções trabalhistas	546.122	742.886
	546.122	742.886

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 107.183.520 e está representado por 18.780.940.561.828 acções ordinárias, sem valor nominal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÇÃO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 05/02/2020 com opinião com modificação sobre essas demonstrações contábeis, devido aos seguintes assuntos: (i) falta de avaliação de propriedades de investimentos; (ii) falta de levantamento de precatórios pendentes; (iii) inconsistência incorreta do patrimônio líquido em 2018. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de apresentação intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração tenha uma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. A companhia está em processo de liquidação e sua assembleia geral extraordinária de 13/11/2020 deverá aprovar a sua extinção. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. A companhia está em processo de liquidação, portanto em descontinuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas/SP, 09 de novembro de 2020

Acionista	Valor em		%
	Quantidade de acções	capital social	
Fazenda do Estado de São Paulo	18.780.932.804.843	107.183.448	99,9999%
União	5.709.811	33	0,0000%
CEAGESP-Cia. de Entrep.	-	-	-
Arm.Ger.S.A. Paulo	2.047.174	12	0,0000%
Total	18.780.940.561.828	107.183.520	100%

20. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita operacional bruta	09/11/20	31/12/19
Melhor Caminho	-	3.589.875
Outros clientes	-	3.989.664
Subvenção econômica	13.736.848	23.873.031
	13.736.848	31.452.570

A receita da Companhia, até 09/11/2020, foi composta de subvenção econômica do tesouro do Estado em sua totalidade.

21. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS

Impostos sobre serviços prestados	09/11/20	31/12/19
COFINS	-	(252.137)
ISS	-	(270.543)
INSS sobre faturamento	-	(378.204)
PIS/PASEP	-	(54.630)
	-	(955.514)

A Companhia não teve atividade de prestação de serviços no exercício de 2020.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos	09/11/20	31/12/19
Serviço	-	(13.485.932)
Depreciação	-	(2.419.704)
	-	(586.690)
	-	(16.492.326)

Como a Companhia não teve receitas de prestação de serviços, também não houve apropriação nas rubricas relacionadas aos custos.

23. DESPESAS

Despesas	09/11/20	31/12/19
Pessoal administrativo (a)	(9.242.288)	(15.020.183)
Administrativas	(12.971.193)	(6.521.888)
Depreciação e amortização	(648.703)	(359.782)
Outras Despesas	(7.746.749)	(22.388)
Provisões (b)	(7.137.034)	(6.705.646)
	(30.719.968)	(28.629.887)

(a) A despesa com pessoal administrativo é, em sua maioria, decorrente das rescisões trabalhistas se deu da liquidação da Companhia. (b) A composição das provisões se deu da seguinte maneira:

Provisões	09/11/20	31/12/19
Contingência trabalhista (a)	(3.949.514)	(8.640.520)
Contingência civil	12.339.000	(517.155)
Perda de investimentos (b)	573.647	(510.960)
Créditos de liquidez duvidosa (c)	750.328	2.661.717
Perda de depósitos judiciais	(70.494)	(108.386)
Juros - ISS Melhor Caminho	-	409.660
	(7.137.034)	(6.705.646)

(a) O aumento considerável em provisão para contingência trabalhista é decorrente das rescisões de contrato de trabalho motivadas pela liquidação da Companhia. (b) Devido à liquidação da Companhia, foi baixado o valor de R\$ 510.960 com perda de uso de software que se referia ao sistema Sankhya-ERP adquirido em 2018, e outras baixas de mesmo gênero. (c) A reversão de provisão de créditos de liquidez duvidosa refere-se ao efetivo recebimento de clientes.

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	09/11/20	31/12/19
Outras receitas operacionais	20.993.865	5.149.591
	20.993.865	5.149.591

Deste montante, 96% referem-se principalmente à venda do ativo da empresa e, como a Companhia não teve receitas de prestação de serviços, também não houve apropriação nas rubricas relacionadas aos custos.

25. IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstramos a seguir a abertura dos saldos:

Tributos sobre o resultado	09/11/20	31/12/19
Resultado antes do IRPJ e CSLL	4.228.623	(4.801.583)
IRPJ	(1.962.129)	(306.240)
CSLL	(714.290)	(121.810)
	1.552.214	(5.229.634)

Foram devidos até 09/11/2020 os montantes de R\$ 1.962.129 de IRPJ e R\$ 714.290 de CSLL sobre os resultados apurados e após as devidas adições e exclusões (Lalural).

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme artigo 10 do decreto nº 64.418/2019 referente à extinção da Companhia, os ativos e passivos remanescentes serão transferidos ao Estado de São Paulo. Até o término dessas demonstrações financeiras, nos atos e fatos contábeis foram integralmente registrados. Também não ocorreram outros eventos subsequentes relevantes para serem divulgados nos termos do pronunciamento técnico CPC 24 - Eventos subsequentes. Registre-se que a AGE de Extinção está agendada para o dia 23 de Novembro de 2020, 09 de Novembro de 2020.

Claudia Alves Guedes - Contadora - CRC - 1SP183707/O-9

Conjunte

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

tório dos atos e operações da liquidação e suas contas finais, nos termos do artigo 210, VIII da Lei Federal nº 6.404/76; 2) Partilha do patrimônio remanescente entre os acionistas, nos termos do inciso IV do artigo 210 da Lei Federal nº 6.404/76; 3) Fechamento das filiais: Campinas, São José do Rio

Preto e Presidente Prudente; 4) Fechamento da Matriz; 5) Encerramento da Liquidação e Extinção da Companhia nos termos do artigo 219, inciso I, da Lei Federal nº 6.404/76; 6) Outros assuntos pertinentes à Liquidação e Extinção da Companhia.

Com base nos exames efetuados, os representantes da acionista majoritária aprovaram as contas apresentadas pela "Liquidante", Sra. Amanda Simionato de Almeida, e declararam o encerramento da liquidação e a extinção da sociedade.

BRUNO LOPES MEGNA - BRUNA TAPIÉ GABRIELLI - AMANDA SIMIONATO DE ALMEIDA